

## Fonasefe cobra solução para Veto 61 e busca ampliação do programa "Desenrola"

O Fonasefe é contra a política de incentivos que empurra o servidor público ao endividamento, em contraste com a valorização salarial da categoria. Entretanto, não podemos ignorar a realidade imposta nesses últimos anos de grande perda salarial, sem reajustes, com que fez que muitas pessoas optassem por créditos consignados.

Com a derrubada do veto (VET 61/2022) em abril houve um aumento de 40% para 45% dos vencimentos na margem do crédito consignado. À primeira vista parece interessante, mas nessa nova regra os 45% citados são divididos em 35% para o empréstimo consignado (redução da margem), 5% para amortizar dívidas com cartão de crédito e 5% reservados para amortizar despesas do cartão benefício. Para piorar o cartão benefício criado possui juros maiores o que aprofunda mais o endividamento.

Esses percentuais acima são descontados diretamente no contracheque dos servidores e servidoras, ou seja, quem já tinha toda a margem comprometida terá sua



renda desviada para um novo modelo que dificulta o pagamento da dívida adquirida.

Diante do exposto, nós do Fonasefe consideramos um agravante contra os servidores e servidoras tal engessamento dos empréstimos consignado que retira a liberdade de opção e agrava a frágil situação financeira de tantos brasileiros. Ontem (22/06), na reunião com o representantes do governo, o Fonasefe cobrou a

resolução do caso e apresentou reivindicação ao governo para ampliar o programa DESENROLA, para que os servidores com dívidas impagáveis, possam negociar suas dívidas e sair do foco vivido.

Além disso, enviamos uma carta aberta solicitando audiências públicas no Congresso Nacional e reuniões com o Ministério da Fazenda para tratarmos do assunto.

**Fonasefe**



## Líder do Governo quer que Campos Neto explique no Senado manutenção de juros altos

Randolfe Rodrigues deve apresentar requerimento para que presidente do Banco Central compareça na CAE

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)



## CUT encaminha com governo projeto para monitorar inclusão de pessoas com deficiência

A CUT reuniu-se nesta quinta-feira (22) com o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, para discutir três ações que tratam de igualdade, direitos humanos e inclusão.

Durante o encontro em Brasília, a Central apresentou uma proposta desenvolvida em parceria com Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para que os sindicatos possam ter acesso a informações e acompanhar o cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência.

A medida completa 32 anos no próximo mês e obriga a reserva de vagas em empresas com mais de 100 empregados. Porém, o número insuficiente de fiscais do trabalho impede o efetivo cumprimento da norma.

O projeto da CUT foi desenvolvido em 2018, mas não pôde ser apresentado aos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) inimigos da classe trabalhadora.

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Central, Jandyra Uehara, também discutiu com o ministro o Projeto de Lei 572/2022, que tramita na Câmara e trata da criação da lei nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas e a importância do tema nas negociações coletivas.

Outro ponto abordado durante o encontro que também contou com o secretário-adjunto de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Central, Ismael Ce-

sar, foi a necessidade de retomar o Grupo de Trabalho "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical" da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

### Resoluções

Segundo Jandyra, em relação ao projeto ligado às pessoas com deficiência, a CUT tratará diretamente com a assessoria de promoção da igualdade do Ministério do Trabalho para discutir as tratativas necessárias à implementação.

A respeito dos demais pontos, o MTE definirá representantes para participar do seminário que a Central promoverá sobre empresas, Direitos Humanos e negociações coletivas, programado para setembro e dará continuidade às discussões sobre as recomendações da CNV com a secretária executiva da pasta.

A dirigente destaca que a secretaria CUTista e os coletivos se-

guirão a cobrar do governo a apuração de informações e a definição de um fórum para reparação das violências causadas pela ditadura militar à classe trabalhadora.

“O governo federal precisa criar um organismo permanente, com representação dos trabalhadores e trabalhadoras da sociedade civil, objetivando dar continuidade à pesquisa e verificação de denúncias de graves violações dos direitos humanos. Além disso, o MTE precisa identificar quais entidades sindicais sofreram intervenção no período investigado pela Comissão Nacional da Verdade”, afirma.

A partir dessa análise, aponta Jandyra, o Estado deve enviar oficialmente um pedido de desculpas, abrindo a possibilidade de serem indenizadas pela destruição de seus bens.

Fonte: CUT.org.br

## AVISO

Informamos aos nossos filiados, associados e sociedade em geral, que em virtude dos feriados de São Pedro e São Marçal as atividades laborais estarão **SUSPENSAS** nos dias 29 e 30 de junho, na cidade de São Luís e nas regionais de Barra do Corda, Caxias, Pedreiras e Pindaré, retornando as atividades normais no dia 03/07/2023 (segunda-feira) no horário de 08 às 12h e de 14 às 18h. Informamos ainda que as demais Regionais funcionarão normalmente.

**A Direção**

